

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO
REFERENCIAL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Ivete Streck

Santa Maria, RS, Brasil.

2012

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO REFERENCIAL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

Ivete Streck

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientador: Prof. João Luis Pereira Ourique

Santa Maria, RS, Brasil.

2012

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO REFERENCIAL DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA**

elaborada por
Ivete Streck

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

João Luis Pereira Ourique, Dr. (UFSM)
(Presidente/Orientador)

Maiane Liana Hatschbach Ourique, Dra. (UFSM)

Sueli Menezes Pereira, Dra. (UFSM)

Ivete Souza da Silva, Ms. (UFSM)

Agudo/RS, 30 de novembro de 2012.

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO REFERENCIAL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

AUTORA: IVETE STRECK
ORIENTADOR: JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE
Data e Local da Defesa: Agudo/RS, 30 de novembro de 2012.

A presente pesquisa buscou analisar o modo como a democracia vem sendo percebida nas escolas e se, de fato, ela é exercida, tendo como temática o Projeto Político-Pedagógico e a Gestão Democrática. O trabalho procurou apresentar um levantamento histórico, de cunho crítico, acerca da relação entre os documentos que norteiam a gestão educacional e sua preocupação-incorporação-integração da ideia de democracia. Para tanto, desenvolveu-se uma análise documental, em uma escola da rede estadual de ensino, no município de Faxinal do Soturno/RS. Utilizou-se da análise comparativa de dois documentos: o Regimento Escolar (1988) e (2008) e o Projeto Político Pedagógico (2012). Por meio desta análise verificou-se que para a democracia ser percebida como elemento importante, nas ações e relações da escola, foi preciso percorrer um longo caminho histórico. Somente no final dos anos 1990 e início dos anos 2000 com o surgimento do Projeto Político-Pedagógico, é que as ações da escola passam a ser sustentadas por uma gestão democrática, onde o Projeto Político-Pedagógico é elaborado com a participação de todos os membros da comunidade escolar. Foi evidenciado, portanto, um conceito de democracia capaz de enaltecer a importância do Projeto Político-Pedagógico na consolidação da escola como um espaço democrático. Ainda que haja uma preocupação legítima em desenvolver a proposta do Projeto Político-Pedagógico, constatou-se que existem algumas limitações entre o discurso do documento e a prática diária da escola. Dentre elas, destacam-se a falta de comprometimento por parte de alguns segmentos, principalmente, dos pais, nas ações e tomada de decisões da escola e, também, uma desvalorização do Projeto Político-Pedagógico por parte dos docentes, fato que muitas vezes, vem comprometer a qualidade da prática pedagógica do professor.

Palavras-chave: Participação. Democracia. Projeto Político-Pedagógico.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO REFERENCIAL DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

THE POLITIC PEDAGOGIC PROJECT AS A REFERENTIAL TO THE
DEMOCRATIC MANAGEMENT

AUTHORA: IVETE STRECK

ADVISER: JOÃO LUIS PEREIRA OURIQUE

Date and place of defense: Agudo-RS, 30 de novembro de 2012.

The study aimed to analyze the manner how the democracy is been percept at schools and if in fact is exercised. The study aimed to present a historical survey, of critical nature, about the relation between documents that guides the educational management and the wonder-incorporation-integration of the idea of democracy. To do so, a documental analysis was developed on the municipality of Faxinal do Soturno/RS. A comparative study of two documents was used: The Scholar Regiment (1988) and (2008) and the Politic-Pedagogic Project (2012). Throughout this study was verified that to the democracy be percept as an important element at the actions and relations of the school, was necessary to endure a long historical path. Only at the end of the decade of 90 and the beginning of 2000 with the development of the Political-Pedagogic Project, is that the school actions passed to be sustained by a democratic management, where the PPP is elaborated with the contribution of all members of the scholar community. It was evidenced a concept of democracy capable of enhance the importance of the Politic-Pedagogic Project on the consolidation of the school as a democratic space. Even though there is a legitm worry in develop a purpose of Political-Pedagogic Project , was verified that there is some limitations between the purpose of the document and the daily practice of the school. Among them, are highlighted the lack of commitment from some of the segments mainly the parents, on the schools actions and decision making, also, the devaluation of the Political-Pedagogic Project by the docents, fact that many times harms the pedagogic practice of the professor.

Keywords: Participation. Democracy. Political-Pedagogic Project.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA	10
2.1 A evolução da gestão democrática na escola.....	11
2.2 Considerações sobre o Projeto Político-Pedagógico e a Gestão Democrática	16
3 ANÁLISE COMPARATIVA DO REGIMENTO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	19
3.1 Contextualização.....	19
3.2 Regimento Escolar (1988) e (2008).....	21
3.3 Projeto Político-Pedagógico (2012).....	28
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXOS	50
Anexo I - Carta de apresentação para a realização da análise documental da escola.....	51

1 INTRODUÇÃO

O tema gestão democrática tem sido muito discutido no contexto da educação brasileira, especialmente por teóricos e pesquisadores em educação. A sua aplicação e o seu exercício se sustentam na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, além de vários documentos que visam promover a democracia no âmbito da escola pública. Nessa perspectiva, o Projeto Político Pedagógico - PPP - se constitui a partir do entendimento das questões mais fundamentais sobre o processo educativo, bem como orienta as ações escolares de cunho mais imediato.

Falar em democracia na escola remete-nos a pensar em uma gestão democrática que vise ações planejadas conjuntamente, ou seja, baseadas no princípio da coletividade que integra todos os segmentos da escola: equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais. Assim, torna-se importante destacar que a gestão democrática deva se dar, em termos de hierarquia, sob um olhar horizontal, onde o gestor não é o detentor do poder, mas sim o articulador das aspirações da comunidade escolar, uma vez que a democracia de hoje se dá sob esta nova roupagem: uma participação realmente efetiva, onde toda a comunidade encontra-se envolvida, tanto nos eixos administrativo, quanto pedagógico e financeiro.

Entretanto, para que a democracia passasse a ser entendida como parte integrante da escola, tornou-se necessário percorrer um longo processo histórico. Anterior à década de 1980, a escola possuía um perfil fortemente avesso a uma gestão democrática. Porém a democracia não se concebeu no contexto educacional da noite para o dia, foi um lento e vagaroso processo. O poder concentrava-se nas mãos do diretor, que era escolhido por meio de indicação política. Inexistiam documentos e registros das ações realizadas pela escola e, de como a mesma funcionava.

Considerando o contexto de mudanças sociais e políticas, a partir da década de 1980, as escolas passam a ser orientadas pelo Regimento Escolar. Cabe salientar que foram analisados dois Regimentos com datas diferentes, de 1988 e 2008. Em análise ao documento de 1988, verificou-se que o mesmo era constituído pelas atribuições dos diversos setores, dos objetivos e filosofia da escola,

prevalecendo o caráter burocrático. O Regimento Escolar era elaborado pelo Conselho Técnico-Administrativo, o qual possuía funções técnicas e consultivas, em assuntos administrativos e pedagógicos. Esse Conselho era constituído pelo vice-diretor; supervisor-escolar; orientador educacional e quatro professores escolhidos pelo corpo docente, através de eleição.

Mesmo que o Regimento Escolar tenha sido o ponto de partida para tornar a escola um espaço democrático, a democracia ainda não havia se instalado neste espaço. O poder e as ações da escola se davam de forma vertical, isto se torna visível na análise do Regimento Escolar de 1988, ou seja, o documento não era elaborado com a participação dos pais, alunos e funcionários. Surgem, ainda que de forma bastante discreta e sutil, os primeiros indícios de democracia na escola, com a instituição do Círculo de Pais e Mestres, como uma forma de representar e integrar a comunidade às ações da escola.

Em se tratando do Regimento Escolar de 2008, este traz um conteúdo diferenciado, ou seja, um olhar voltado para o ensino humanizador, elementos como a participação e integração também contemplam o documento. Além disso, é apresentado o Conselho Escolar, importante órgão que fiscaliza e torna as ações da escola mais transparentes frente à comunidade e escolar, e ainda é citado o Projeto Político-Pedagógico, como ferramenta que viabiliza a gestão democrática. Com isto, compreende-se que o Regimento Escolar também se transformou, devido às mudanças ocorridas na área educacional.

Mas somente no final da década de 1990 e início da década de 2000 surge um novo e inovador modo de fazer com que a democracia fosse uma realidade: a construção do Projeto Político-Pedagógico, o qual exige a participação efetiva de todos os segmentos da escola. Torna-se imprescindível ressaltar a relevância de tal documento no âmbito escolar. Dentre as funções do Projeto Político-Pedagógico, destacam-se a de contemplar a realidade escolar e nortear todas as ações da mesma, através da participação de toda comunidade. O referido documento surge para quebrar o velho paradigma de que as ações na escola eram apenas elaboradas e planejadas pela equipe diretiva e professores, mostrando que a democracia na escola se faz com a participação de todos os envolvidos no processo educativo: equipe diretiva, professores, funcionários, alunos e pais. Assim, o Projeto Político-Pedagógico retrata os sonhos e desejos de uma comunidade escolar.

Deste modo, a importância desta pesquisa se justifica pelo fato de o Projeto Político-Pedagógico ser o instrumento capaz de consolidar e promover a democracia na escola. Por isso, torna-se importante atentar que, por trás da gestão democrática presente nas escolas, ou que deveria existir, para que se alcance uma educação de qualidade, igualitária e justa, há um processo sócio-histórico, o qual se busca averiguar neste trabalho.

Para tanto, esta pesquisa é desenvolvida a partir da temática que compreende o Projeto Político-Pedagógico e a Gestão Democrática, e objetiva verificar como a democracia vem sendo percebida, ao longo do tempo, no contexto escolar e se de fato ela é exercida no seu real sentido, bem como, verificar a prática pedagógica e educacional da escola, em relação ao Projeto Político-Pedagógico.

Assim sendo, este estudo dar-se-á a partir de uma análise documental dos seguintes instrumentos metodológicos: um Regimento Escolar mais antigo (1988) e outro mais recente (2008) a fim de averiguar se com o passar dos anos, este importante documento que tem caráter legislador também se tornou mais democrático e o Projeto Político-Pedagógico (2012) a última versão atualizada, a fim de analisar como a escola percebe este projeto que contém as ações que devem ser construídas democraticamente por toda comunidade escolar. Optou-se por analisar estes dois documentos pelo fato de que anterior ao Projeto Político-Pedagógico havia apenas o Regimento Escolar que se caracterizava como documento oficial da escola. Este ainda possuía resquícios de uma educação centralizadora e controladora, mas que traz um discurso diferenciado em um documento mais atual, resultado das lutas pela democracia no panorama educacional. Quanto ao Projeto Político-Pedagógico, este surge em virtude da democracia que se almeja no cenário educacional, bem como é o referencial de uma gestão democrática. O trabalho tem como objeto de estudo a Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis. A escola pertence à rede pública estadual de ensino, e se localiza na zona urbana do município de Faxinal do Soturno – RS atendendo mais de 800 alunos, desde o Ensino Fundamental até o Ensino de Jovens e Adultos – EJA, pertencentes as mais variadas classes sociais.

Primeiramente faz-se um breve embasamento teórico sobre o tema Gestão Democrática, seguido do resgate histórico o qual permite a compreensão de como a democracia foi sendo percebida como elemento que viabilizasse uma educação justa e igualitária para todos, bem como ressalta a importância do Projeto Político-

Pedagógico frente a uma Gestão Democrática. Já o segundo momento traz além da contextualização da escola a qual é objeto de estudo da pesquisa, uma análise comparativa do Regimento Escolar (1988) e (2008), e do Projeto Político-Pedagógico (2012). Por fim, têm-se as considerações finais e as referências bibliográficas.

Por meio da análise comparativa documental, percebe-se que ocorreram transformações no interior e nas relações da Escola. Entre essas transformações pode-se citar a participação democrática de todos os membros da comunidade escolar nas ações da escola, assim como a liberdade de intervir no trabalho na gestão escolar, em especial no trabalho pedagógico e a presença de um ensino mais humanizado.

O surgimento do Projeto Político-Pedagógico representou a mudança ocorrida na educação ao longo dos anos. Ou seja, diferentemente do Regimento Escolar, a escola passou a considerar o aluno em sua totalidade, de maneira humanística. Porém, a vivência no meio escolar mostra que nem sempre tudo o que faz parte do discurso ocorre na prática cotidiana. Percebe-se que não há uma participação comprometida e responsável da família nas ações da escola e nem a devida valorização do Projeto Político-Pedagógico no contexto escolar, principalmente por parte de professores.

Desta forma, foi possível constatar que embora a democracia seja um direito garantido constitucionalmente e expresso na LDB 9394/1996, depende de cada membro da comunidade escolar (pais, professores, funcionários e alunos) reivindicar seus direitos, bem como, cumprir seu papel de cidadão consciente, crítico e participativo mostrando-se interessado com a forma que a escola se organiza.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA

A gestão democrática nas escolas é resultado das lutas e conquistas que ocorreram ao longo dos últimos anos e surge como uma forma de alavancar a educação, proporcionando um espaço para a participação de todos os membros da comunidade escolar. Em relação a esse novo contexto, Paro (2010, p. 16) ressalta que “[...] a gestão democrática deve implicar necessariamente a participação da comunidade [...]”.

Para que a gestão democrática seja uma realidade na escola, é fundamental que todas as ações e intenções escolares estejam pautadas nos princípios democráticos, ou seja, é preciso compartilhar o poder e as tomadas de decisões e ter a clareza de que a escola é um espaço de todos e para todos. Marques (2008) atenta para o fato de que a democracia vai além de um ato político, onde apenas se exerce o direito de voto. Ela precisa ser encarada no ambiente escolar como uma forma de cidadania, que transforma relações de poder em relações de autoridade partilhada, promovendo a interação social.

Assim sendo, a escola como espaço democrático precisa ser entendida como

[...] a ampliação das oportunidades educacionais, difusão dos conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimoramento da prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, para responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas (melhoria de vida) e á sua inserção num projeto coletivo de mudança da sociedade (LIBANEO, 1992, p. 12).

Desse modo, compreende-se que, quando se abrem os portões da escola para a comunidade, está se promovendo a cultura, o conhecimento, o senso crítico e, principalmente, a integração. Esta é uma forma de mostrar que, na busca dos ideais de cada um, todos os segmentos da escola se tornam um só, onde o coletivo fala mais alto, contribuindo para uma sociedade mais justa. Neste contexto, todos os segmentos da escola têm o direito de exercer a democracia, seja opinando, sugerindo, reivindicando e intervindo nos eixos pedagógico, administrativo e financeiro. Para além de uma participação efetiva na tomada de decisões e nas ações da escola, é preciso que cada um, na condição de membro da comunidade

escolar, tenha a consciência de que por meio de uma gestão democrática cumpre-se o papel de cidadão crítico, consciente e participativo frente à sociedade.

Assim, Borghetti (2000, p. 15) refere que:

é por meio da gestão democrática que os indivíduos avançam na conquista da cidadania, pois à medida que tomam decisões em conjunto, percebem e vivenciam seus direitos e deveres, aprendendo a respeitar limites e conviver com ideias divergentes.

Portanto, uma escola, que tem à sua frente uma gestão democrática, deve manter as portas sempre abertas para a comunidade e ter sua gestão voltada para a autoridade partilhada com todos os membros da escola, tendo como base o diálogo e o respeito. Sendo assim, é essencial perceber que além de promover a democracia, a gestão democrática é o exercício da cidadania aonde se desenvolve um processo de ensino e aprendizagem que vai além dos conteúdos, e que prepara o aluno para o exercício pleno e igualitário na sociedade.

2.1 A evolução da gestão democrática na escola

A democracia na educação tornou-se um dos principais temas debatidos ao longo do século XX no Brasil. Marques (2008) traça uma linha histórica que inicia na década de 1930, aonde os pioneiros da Educação Nova reconhecem a universalização da educação básica e a garantia de permanência do aluno na escola pública. Já na década de 1980, após o período da ditadura militar (1964-1985) que impôs um modelo contrário a todos os ideais democráticos possíveis e/ou necessários, houve uma consolidação de valores voltados para a formação técnica e de subserviência civil, em oposição a uma busca por uma formação mais plena em prol da cidadania. É neste contexto – fundamentalmente a partir da Constituição de 1988, denominada constituição Cidadã – que o debate sobre a democracia se volta decisivamente para as relações internas da escola. Estes elementos foram de suma importância na concretização de tal processo, sendo que sua compreensão é inevitável para que se possa entender como a democracia foi concebida na escola.

Para Xavier (2003), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, foi determinante no processo de democratização do ensino, sendo este fato essencial para que o país ascendesse economicamente e socialmente. Uma das causas defendidas pelos pioneiros da educação era a educação pública e a garantia da universalização do ensino. Isto implica em uma

[...] constituição da educação em um campo específico de atuação política e profissional que absorvido pelo Estado interfere diretamente na cultura nacional abrangendo também os demais setores da vida social, pela sua força integradora, pelo seu trabalho na formação de um espírito democrático entendido como princípio de vida moral e social (XAVIER, 2003, p. 14).

Desse modo, democratizar o ensino não significa apenas possibilitar o exercício do direito ao voto e a participação no contexto escolar. Este processo vai além deste contexto, abrangendo uma educação igualitária, onde todas as parcelas da sociedade sejam contempladas.

No momento em que se faz uma relação entre os princípios defendidos pelos Pioneiros da Educação Nova e o que se espera do Projeto Político-Pedagógico como ferramenta que consolida a democracia, fica clara a correlação entre ambos. Segundo Xavier (2003), preparar o aluno segundo os princípios da Educação Nova é também reconhecer o direito deste à condição de cidadão, restabelecendo sua identidade pessoal e cultural, integrando-o a coletividade através do processo educativo. Ainda que o PPP estivesse longe de se tornar uma realidade nas escolas do país, os ideais do movimento já tinham uma preocupação no tocante a subjetividade, a cultura e a coletividade, aspectos imprescindíveis para a elaboração do Projeto Político-Pedagógico.

No processo de democratização da escola, além do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, é preciso chamar a atenção também para o fim do período político ditatorial, que ocorreu no período de 1960 até 1980. Este momento vivido no país se caracteriza pela lógica econômica, incentivado pelos governos militares da época, com a intenção de preservar o sistema capitalista, contando com a ajuda administrativa e financeira internacional (UFSM, 2011). Este fato gerou grande influência das teorias internacionais nas práticas educacionais no Brasil, com destaque para a MEC/Usaid. Conforme Cunha; Góes (2002), este órgão viabilizava o controle do sistema educacional através de técnicas que facilitassem a divulgação da nova ideologia, a qual ia ao encontro dos interesses do capitalismo. O método de

ensino utilizado fazia várias exigências ao sistema educacional brasileiro, como a imposição do ensino da língua inglesa e a redução da carga horária de algumas disciplinas, como a História. Este sistema impedia que os estudantes que viveram o período ditatorial percebessem o que se passava no país.

É importante salientar que a ditadura militar se inspirou na Teoria Comtiana, mais conhecida como Filosofia Positiva ou Positivismo. Esta filosofia, conforme Tomazi (2010, p. 239), se dava num “conjunto de postulados para modificar, por meio dos novos métodos das ciências daquela época, a forma de pensamento das pessoas”. Durante o período ditatorial, acreditava-se que o país se desenvolveria a partir da ordem, pois segundo a teoria de Comte, sem ordem não haveria progresso. Um exemplo que retrata muito bem este fato, está corporificado na bandeira do nosso país, que traz estampado o binômio “Ordem e Progresso”. Por isso, a forma de governar era inspirada no autoritarismo e na repressão, que proibia a liberdade de expressão e intervinha em vários setores da sociedade, inclusive na educação. Ou seja, era preciso impedir qualquer tipo de conhecimento que levasse a reflexão sobre os caminhos que o Brasil vinha trilhando, tanto economicamente, quanto política e socialmente. Desta forma, no período ditatorial, o ensino é marcado pelo poder controlador, centralizador, uniforme e técnico, bem como, com a presença da disciplina em relação aos comportamentos e práticas.

Outro fator que favoreceu a democratização foi o processo da Constituinte de 1987, que resultou na Constituição de 1988. Com o fim da ditadura, houve forte desejo de transformação da sociedade, especialmente no campo da educação. Desse modo, passou-se a primar por uma formação mais plena, em prol da cidadania (Drabach, 2011). O processo de construção da Constituinte, no que se refere ao meio educacional, foi um ponto extremamente positivo. Drabach (2011) afirma ainda que este processo proporcionou a sociedade fazer suas reivindicações, inclusive do que julgava importante para o campo da educação. Portanto, este período foi marcado pela ruptura do autoritarismo para a instalação da democracia.

Saviani (2004) ressalta que estas reivindicações foram concretizadas durante a IV Conferência de Educação, ocorrida em Goiânia no ano de 1986, tendo como debate principal a Educação e a Constituinte, as quais resultaram na Carta de Goiânia, que:

Além de prever a garantia do artigo correspondente ao compromisso da União em elaborar as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, as reivindicações giraram, entre outras questões, em torno da gratuidade do ensino público, defendendo a exclusividade do dinheiro público às escolas estatais, e da democratização da educação, tanto do seu acesso – visto que chegamos à década de 1980 com um contingente muito grande de pessoas analfabetas – quanto do ensino e da organização escolar, na qual se sobressaía a estrutura hierárquica e autoritária, acentuada pelo regime ditatorial [...] (DRABACH, 2011, p. 52).

Observa-se, assim, que a Lei de Diretrizes e Bases – LDB 93/94 é fruto destas reivindicações, de uma constituinte que buscou a cidadania como pivô para alavancar a democracia no país. Além da gratuidade e da universalização do ensino, as demais reivindicações apontam para a transformação que compreendeu as relações internas que ocorreram na escola. Assim, o ensino e a organização escolar ganharam destaque na democratização dentro das escolas. Nos anos 1990, uma concepção humanística de educação e a participação da comunidade na tomada de decisões e ações passaram a ganhar força no âmbito escolar, revolucionado o ensino. No que diz respeito a concepção humanística, esta merece destaque, pois vem contribuindo para uma educação mais libertadora e humana que compreende o aluno em sua totalidade. Deste modo:

Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento (FREIRE, 1996, p. 47).

Sendo assim, procurou-se deixar para trás o autoritarismo, considerando o processo de ensino e aprendizagem como uma troca entre aluno e professor. O exercício da autoridade deve superar o autoritarismo, característica marcante da ditadura a qual perdurou por longos anos e que muitas vezes persiste no meio educacional. Mesmo com o fim da ditadura é fundamental refletir que tipo de saber se produz em um ambiente onde tudo é imposto e onde o poder é centralizado. Neste sentido, Guzzoni (1995, p. 23) orienta para a:

liderança da autoridade democrática que estabelece uma hierarquia na relação professor aluno e, a medida que os alunos amadurecem tomam não somente as suas próprias decisões, mas também aquelas relativas as normas de trabalho na sala de aula.

No tocante da organização escolar, destaca-se o PPP como instrumento que consolida a democracia, capaz de proporcionar a participação de todos os membros da escola, tanto na tomada de decisões quanto nas ações da mesma. O PPP é fundamental para o exercício da democracia, pois permite que pais, alunos, professores e funcionários, possam manifestar-se sobre a forma como a escola se organiza. A participação dos pais e dos próprios alunos nas questões pedagógicas foi um marco no processo de democratização, pois até então estas competiam apenas aos professores. Ao abrir espaço para que a comunidade decida, em conjunto, o que é melhor para o aprendizado do aluno, os conteúdos a serem tratados, como podem ser abordados e trabalhados e como o aluno será avaliado, a escola está promovendo a democracia.

Para Libaneo (1992, p. 12):

Democratizar o ensino é ajudar os alunos a se expressarem bem, a se comunicarem de diversas formas, a desenvolverem o gosto pelo estudo, a dominarem o saber escolar; é ajudá-los na formação de sua personalidade social, na sua organização enquanto coletividade. Trata-se, enfim, de proporcionar-lhes o saber e o saber-fazer críticos como pré-condição para sua participação em outras instâncias da vida social, inclusive para a melhoria de suas condições de vida.

Assim, a escola deve preparar todo e qualquer aluno, sem privilegiar determinadas classes. É preciso resgatar e lutar por aquele que se encontra em dificuldade, tanto de aprendizagem, quanto de evasão e indisciplina, no intuito de prepará-lo para a vida em sociedade, a fim de que atue de forma crítica e consciente, e não somente, como cidadão que vive meramente de assistencialismo.

Portanto, a partir desta análise histórica, tornou-se possível compreender como surgiu a gestão democrática nas escolas, e de que forma ocorreram as transformações nas relações e na organização no interior das mesmas. Este processo de democratização no país foi de suma importância para o sistema educacional, pois tornou a educação brasileira além de mais democrática, também mais justa e humana.

2.2 Considerações sobre o Projeto Político-Pedagógico e a Gestão Democrática

No contexto educacional, a democracia tomou grandes proporções, uma vez que este é um direito assegurado pela Constituição Federal de 1988. Uma das formas de democracia encontrada nas escolas encontra-se estampada em documentos como Projeto Político-Pedagógico. Observa-se, segundo Veiga (1995) que a gestão democrática abrange, necessariamente, a ampla participação dos diferentes segmentos da escola tanto nas decisões/ações administrativas quanto pedagógicas desenvolvidas na escola. Com este discurso, a autora remete a uma reflexão, no sentido de que, pensar nas ações da escola deixou de ser apenas papel da equipe diretiva e dos professores, passando também a ser função da família e de toda comunidade escolar.

Apostar em uma gestão escolar que visa a democracia é de vital importância, pois assim, conforme Araújo (2007), a Gestão Democrática ganha forma num espaço de participação da sociedade na elaboração, execução e fiscalização das políticas públicas, tornando-se um importante mecanismo na conquista de direitos. Acredita-se assim, que a participação efetiva de toda comunidade escolar na construção do Projeto Político-Pedagógico permite tornar possível o conhecimento do que acontece na escola, da forma de aplicação dos recursos, das concepções pedagógicas que a escola adota no processo de ensino aprendizagem dos seus alunos e o que a lei regulamenta.

O Projeto Político-Pedagógico se constitui na peça chave para a efetivação da democracia na Escola, pois o mesmo norteia e rege toda a ação e gestão escolar, tendo como função principal contemplar a realidade escolar, direcionando todas as ações necessárias no âmbito escolar. Sua construção é fundamental, e esta deve acontecer com a participação de toda comunidade escolar. Deste modo,

A partir de uma visão comum as pessoas definem objetivos, metas caminhos teóricos e práticos a serem seguidos, juntas, constroem os projetos políticos pedagógicos e financeiros de forma mais abrangente e realista. As pessoas que convivem na mesma escola comungam de uma mesma visão de conjunto. A comunicação aberta e clara tem o poder de superar obstáculos, sendo uma estratégia eficiente, capaz de promover uma certa visão de conjunto e facilitar a possibilidade de integração entre a

comunidade escolar, dentro de seus próprios muros e a comunidade local, o contexto externo que circunda a escola (DELGADO, 2005, p. 73-74).

Neste sentido, para que haja a concretização da democracia se faz necessário que o gestor saiba abrir a portas da escola, chamando a atenção da comunidade para a importância de construir o Projeto Político-Pedagógico coletivamente, pois ele é o principal documento que norteia a escola. Esta relevância não deve ser apenas dada durante a construção do Projeto Político-Pedagógico, mas sim diariamente. É preciso conceber o Projeto Político-Pedagógico como elemento de reflexão do cotidiano (Veiga, 1995). Ainda, é fundamental, lembrar que o Gestor deve apresentar um espírito democrático, promovendo a participação da comunidade na tomada de decisões, mais exatamente na construção do Projeto Político-Pedagógico. Delgado (2005) relata que há uma redução da centralização do poder e, conseqüentemente, um aumento da transparência das ações através da ampliação do acesso à informação e da participação ativa.

Desta forma, este documento assume um caráter democrático, aonde toda a comunidade escolar deve participar, contribuindo com suas opiniões e ideias, expondo seus desejos e anseios. Neste pensar,

O projeto político-pedagógico é construído na força expansiva da diversidade cultural, dos membros da comunidade escolar, juntamente com suas visões de mundo, raças, etnias, histórias de vida e, também, da necessidade de construção da identidade da escola, que será refletida no projeto (MEDEL, 2008, p. 4).

A diversidade cultural é um elemento essencial e precisa ser levada em conta no momento da elaboração do Projeto Político-Pedagógico. Além da participação de todos os segmentos culturais da comunidade escolar, a diversidade cultural precisa estar estampada no Projeto Político-Pedagógico. Esta é mais uma das formas de visualização da democracia neste contexto, sendo de extrema importância a concepção de que é através do Projeto Político-Pedagógico que ocorre a solidificação da mesma nas escolas, visando uma sociedade mais justa e igualitária. Ferreira acrescenta que,

Uma escola é um espaço e um tempo de produção de conhecimentos, cuja base é a prática da linguagem por sujeitos caracterizados por uma historicidade, subjetividade e individualidade. Portanto, é o lugar onde se produzem interações e, como tal, não é neutro, denota características políticas (FERREIRA, 2007. p. 37).

Sendo assim, a escola é o espaço das vivências e aprendizagens, e possui um importante papel social: é lá que se aprende a fazer democracia, sempre respeitando cada sujeito, sua história de vida e sua subjetividade, aonde o respeito e a integração estejam sempre presentes. Por isso, nada mais plausível do que o Projeto Político-Pedagógico na concretização democrática dos sonhos de uma comunidade escolar.

Enfatizada a importância e a forma de como deve acontecer a elaboração do Projeto Político-Pedagógico, passa-se a análise documental comparativa entre o Regimento Escolar (1988) e (2008), e o Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis, para que se possa compreender de que forma se efetiva, neste estabelecimento, a democracia.

3 ANÁLISE COMPARATIVA DO REGIMENTO ESCOLAR E PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

3.1 Contextualização

Como forma de desenvolvimento deste trabalho, optou-se por realizar uma pesquisa de campo na Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis, situada no município de Faxinal do Soturno, RS, município que integra a região da Quarta Colônia de Imigração Italiana. A escola pertence a rede estadual de ensino, atendendo mais de 800 alunos distribuídos no ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos – EJA. Nela, trabalham 60 professores e 10 funcionários, além disso, a escola conta com setor de Coordenação Pedagógica, onde estão à frente quatro professoras: duas no turno da manhã, sendo que, uma tem dedicação exclusiva ao Ensino Médio Politécnico, uma no turno da tarde e uma no turno da noite, contando ainda, com o serviço de orientação educacional.

Em relação ao espaço físico, a escola possui 15 salas de aula, todas climatizadas, sala de recursos, laboratório de informática, sala de multimídia, refeitório, biblioteca informatizada e com literatura excelente, auditório, quadra de esportes coberta, pista de atletismo e um prédio onde funcionam apenas os setores: administrativo, financeiro, mecanografia, sala de professores, sala de estudos, direção e vice-direção, coordenação-pedagógica, orientação educacional e um espaço reservado ao Grêmio Estudantil. Vale lembrar, que o espaço é adaptado a alunos cadeirantes.

Em resumo, é possível afirmar que a EEDAR é a maior escola do município, tanto em termos de quantidade de alunos atendidos, quanto de espaço físico. Este fato se justifica pela opção da rede municipal atender apenas a Educação Infantil e aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desta forma, a escola se torna referência, não só no município, mas em toda a região da Quarta Colônia, devido à qualidade de ensino. Cabe lembrar que, em 2011 a escola se destacou em âmbito estadual ao conquistar a 1ª posição no ENEM entre as escolas públicas.

Para continuidade deste trabalho, é importante fazer um breve relato da história desta instituição. Conforme o Projeto Político Pedagógico (2012), aos vinte e dois dias do mês de maio de 1962, o governador, Leonel Brizola, assinou o decreto para a criação de um ginásio, em Faxinal do Soturno. Em 24 de maio deste mesmo ano, o padre Rômulo Zanchi, diretor do Colégio Manoel Ribas, oficializa a criação do colégio, o qual recebe o nome de Dom Antônio Reis, em homenagem ao espírito alegre e inteligente do Bispo da Diocese de Santa Maria.

Inicialmente a escola funcionava no prédio dos Padres Palotinos, e recebia alunos de todos os municípios da região, como Agudo, Dona Francisca, São João do Polêsine, Nova Palma e Julio de Castilhos. Neste período, havia uma intensa participação de religiosos na administração da escola. De acordo com o PPP, o primeiro diretor da escola foi o padre Pio Ervino Arnuti e de 1967 a 1972 a escola foi dirigida pelo padre Genésio Trevisan. Somente em 1972 o professor Odilo Minuzzi, passa a coordenar os trabalhos da escola, permanecendo no cargo por doze anos, sendo que, em 1975 a escola é transferida para o atual prédio. É importante destacar que, até então, a escolha do cargo de direção não acontecia de forma democrática, mas sim, por meio de indicações. Apenas em 1999 ocorreram as primeiras eleições diretas na escola, com a escolha da professora Marilene Montagner como diretora. No ano de 2010, também por meio de eleições diretas, quem assume o cargo de diretor é o professor Lóvel Mário Savegnago, que ainda permanece na função.

Deste modo, fica evidente que a democracia realmente se introduziu na escola nos últimos anos, mais especificamente, no final da década de 90. Dentre tantos fatores que não favoreciam a democracia é importante ressaltar a escolha do diretor. Como já mencionado, anterior ao ano de 1995, os diretores não eram escolhidos por meio do voto, pois o documento norteador do trabalho e das ações escolares era o Regimento Escolar, que restringia, de forma significativa, a participação da comunidade escolar. Enquanto o Regimento Escolar era o documento base, a construção de uma sociedade democrática, para o meio educacional, ainda estava longe de ser concretizada. Cabe lembrar que o poder se concentrava nas mãos do diretor e não havia espaço para diálogo e participação da família e dos demais segmentos no contexto escolar.

3.2 Regimento Escolar (1988) e (2008)

A luta e a busca pelos direitos no passado consolidaram um país democrático, garantido pela Constituição Federal. No contexto educacional, além da Constituição Federal, a LDB 9394/1994 sustenta o direito do cidadão de participar efetivamente nas decisões dentro da escola, a qual se resume ao Projeto Político Pedagógico.

Delgado (2005, p. 73) afirma que “a participação da comunidade na escola é feita na noção de direito e no exercício da própria cidadania, sendo esta uma das condições básicas para o desenvolvimento de uma sociedade democrática”. Desta forma, a comunidade, no momento em que participa das ações da escola, além de usufruir dos seus direitos também está exercendo a cidadania. Porém, nem sempre foi assim. Na verdade, a democracia no contexto educacional passa a ganhar força somente nas últimas décadas. Essa movimentação em busca da democratização da escola inicia por volta dos anos 1980, evidenciando o resultado das lutas travadas pelos educadores e políticos progressistas. A partir de então, começam a se traçar estratégias para tornar a escola democrática (DELGADO, 2005).

Na busca por documentos da escola Dom Antônio Reis que constassem vestígios de orientações e registros de ações da escola, verificou-se que, anterior ao ano de 2001, o Regimento Escolar se caracterizava como documento oficial na escola. É importante salientar que foram analisados dois Regimentos distintos, um com data de 1988 e outro com data de 2008, assim, procurou-se voltar um olhar aos seguintes aspectos: filosofia da escola, objetivos, avaliação, registros e órgãos da escola que tentam ou viabilizam a participação da comunidade, ou aqueles que limitam ou não possibilitam esta participação e, também, ponderar sobre o modo como as ações são avaliadas pela escola.

O Regimento Escolar, com data de 1988, traz expresso na redação do seu artigo 3º, o objetivo da escola:

Ministrar o ensino de 1º e 2º graus de acordo com sua filosofia e as normas legais vigentes e tem por fim: compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão e dos demais grupos que compõem a comunidade; o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio e respeitar à dignidade e as liberdades tais do homem (REGIMENTO ESCOLAR, 1988, p. 1).

É possível perceber que havia uma preocupação da escola no que diz respeito a direitos e deveres, porém a democracia, como um direito a ser exercido, não se reflete neste documento, pois não há nenhum registro que comprove ou certifique a participação da comunidade nas ações e objetivos a serem alcançados pela escola.

O artigo 4º do regimento aponta que,

O ensino de 1º e 2º Graus tem por objetivo proporcionar ao aluno condições necessárias ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, preparação para o trabalho e exercício consciente da cidadania (REGIMENTO ESCOLAR, 1988, p. 2).

Percebe-se, assim, que a escola tinha um olhar mais direcionado para a competência técnica do aluno. Ainda que o objetivo mencione o exercício da cidadania, sabe-se que viver em sociedade exige diversos valores. Não que a busca por esses valores não existissem neste tempo, mas ao que parecem, os conteúdos prevaleciam sobre os mesmos. Neste sentido, Freire (1996, p. 33) anota que, [...] “transformar a experiência educativa em puro treinamento técnico é amesquinhar o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador”.

Desta forma, é preciso que gestores e professores tenham em mente que além de ensinar fórmulas, cálculos e ortografia, é necessário também preparar o aluno para viver em sociedade, conscientizando-o da importância de ter em mente valores como: solidariedade, responsabilidade, humildade, tolerância e respeito.

Seguindo a leitura do Regimento Escolar (1988), na redação do artigo 14 do capítulo II, se encontra disciplinado o Conselho Técnico-Administrativo, órgão técnico e consultivo em assuntos administrativos – pedagógicos, que era composto pelo vice-diretor; supervisor-escolar; orientador educacional e quatro professores, escolhidos pelo corpo docente, através de eleição. Quanto às atribuições deste Conselho, estas se encontram reguladas no artigo 17 do regimento, e destaca-se dentre elas:

Opinar sobre o Plano Global da Escola, acompanhar seu desenvolvimento e propor ajustamentos no decorrer do ano letivo; opinar sobre assuntos pedagógicos, técnicos e administrativos, quando solicitado; avaliar todas as atividades, indicando a cada serviço ou instituição ou pessoa, participantes da comunidade escolar, as observações feitas para serem utilizadas em futuros planos (REGIMENTO ESCOLAR, 1988, p. 7).

Verifica-se assim que o Conselho Técnico-Administrativo possuía um caráter bastante burocrático. Em relação a participação da comunidade escolar, a mesma não acontecia no seu real sentido, já que as decisões eram apenas repassadas a comunidade. E isto fica evidente ao se analisar o Regimento Escolar (1988), pois conforme o parágrafo 5º, do artigo 16, o Círculo de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil eram convocados sempre que fosse necessário. Percebe-se uma restrição à participação dos pais e alunos, uma vez que suas presenças só eram solicitadas quando o órgão considerava necessário. Neste ponto, é importante o posicionamento de Hora (1994), que afirma ser necessário, para que a gestão democrática ocorra de fato, o permanente esforço humano, privilegiando o coletivo com ações voltadas para as decisões em grupo e não individuais. Desta forma, torna-se indispensável que a coletividade seja o princípio da democracia, sendo esta a base na busca das ações pretendidas pela escola.

Em relação ao Círculo de Pais e Mestres, este órgão surge para ganhar espaço na participação escolar, e segundo o Regimento Escolar (1988, p. 16) um dos objetivos deste órgão é “integrar a comunidade, o Poder Público, a Escola e a família, buscando um desempenho mais eficiente e auto-sustentável do processo educativo”. Salienta-se que este objetivo demonstra características mais significativas, no que tange a participação efetiva da comunidade. Os demais objetivos que tratam do Círculo de Pais e Mestres são de cunho administrativo, como por exemplo, colaborar na conservação e recuperação normal do prédio e equipamentos da Escola.

Continuando a análise, a Seção I do documento, dá atenção ao Plano Global da Escola e, de acordo com o artigo 78 do Regimento Escolar (1988, p.20) “a escola elabora anualmente um Plano Global, em consonância com os objetivos deste regimento”. A seguir lê-se:

Parágrafo Único – O Plano Global é elaborado por todos os elementos responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem sob a coordenação do Diretor da Escola, sendo: a) analisado pelo Conselho Técnico-Administrativo-Pedagógico; b) ajustado, no decorrer do ano letivo, o que se fizer necessário, referendado pelo Conselho Técnico-Administrativo-Pedagógico (REGIMENTO ESCOLAR, 1988, p.20).

Percebe-se, assim, que o Plano Global era elaborado somente por responsáveis pelo processo de ensino aprendizagem, sem a participação dos

demais segmentos, como pais, alunos e funcionários. No entanto, ao ler a redação do artigo 79, do referido documento, entende-se que este trata de questões relevantes que vão ao encontro de uma gestão democrática como:

a) número de dias letivos estabelecidos pela legislação; b) as diretrizes emanadas da Secretaria de Educação; c) a instalação da Assembleia do Corpo Docente; e) as datas festivas da escola e do município; f) todos os dispositivos deste regimento (REGIMENTO ESCOLAR, 1988, p. 20).

Essas questões são importantes, e requerem o envolvimento de toda a comunidade escolar na tomada de decisões. Desta forma, dentro de um perfil democrático,

[...] a escola é considerada como um espaço da esfera pública, cuja deliberação das ações pode se dar através de práticas discursivas participativas, com respeito às diferenças entre os diferentes grupos que compõem a comunidade escolar (MARQUES, 2007, p. 73).

Neste registro, a autora remete à reflexão de que a democracia almejada ao longo dos anos encontra-se, hoje, como um direito assegurado pela Legislação e implica a participação de todos os membros da escola na tomada de decisões, sejam elas administrativas ou pedagógicas. Ainda, cabe referir que este documento destaca outro elemento muito importante no processo educacional: a avaliação.

No que se refere à avaliação, em conformidade com a Seção I, no capítulo III do Regimento Escolar (1988), o Plano Global é avaliado durante e ao final de cada ano letivo. Do mesmo modo são avaliados cada um dos órgãos competentes da Escola, submetidos à apreciação do Conselho Técnico-Administrativo-Pedagógico. Mais uma vez, se entende que não havia a participação efetiva dos pais, alunos e funcionários nesta avaliação, pois como já mencionado, estes não compõem o Conselho Técnico-Administrativo-Pedagógico. Assim sendo,

A escola tem se caracterizado, no decorrer dos tempos, pelo predomínio de uma atuação burocratizada e individualizada, em que a participação se distingue pela distribuição de atribuições e competências, conforme um Regimento Escolar, organizado com base numa perspectiva funcionalista de divisão do trabalho, que provoca e impede a estruturação de ações integradas (DALBEN, 2004, p. 35).

Neste contexto, compreende-se que ainda que o Regimento buscasse democratizar a escola por meio do Círculo de Pais e Mestres e com uma filosofia

voltada para a compreensão de direitos e deveres, a Gestão Democrática de fato não se dava na escola. As características burocráticas predominavam no conteúdo do Regimento Escolar, descrevendo apenas atividades e atribuições de setores. Portanto, a participação da comunidade escolar como um todo, partindo da subjetividade de cada sujeito, é pouco evidenciada no documento.

A seguir apresenta-se a análise do Regimento Escolar mais atual, do ano de 2008, no intuito de verificar se este se transformou, considerando as mudanças que ocorreram no campo da educação, substancialmente no que se refere ao desejo de uma educação mais democrática. Inicialmente o Regimento Escolar (2008) traz enfatizada a filosofia que embasa a escola, a qual visa integrar pais, alunos, funcionários e professores por meio do diálogo, incorporando valores norteadores da vida cidadã. Diferente da filosofia de 1988 que por sua vez estava incluída nos objetivos do Regimento Escolar, o documento atual traz uma filosofia especificada, voltada para a integração e o diálogo. Isto é fundamental, pois o Regimento Escolar contém a lei que norteia a escola, por isso da importância da comunidade participar e tomar conhecimento deste documento.

Quanto aos objetivos do Regimento, são traçados os seguintes:

ênfatar uma educação preocupada em resgatar a qualidade na educação e a cidadania, buscando comprometimento de todos no desenvolvimento de um trabalho participativo; trabalhar na perspectiva de uma educação com propostas desafiantes, metodologia comprometida com a participação, criatividade e criticidade; educar para a conscientização da cidadania, a valorização do estudo, trabalho e preservação da natureza; proporcionar espaços de formação continuada a todos os segmentos da comunidade escolar (REGIMENTO ESCOLAR, 2009, p. 6).

Estes objetivos trazem incorporados elementos que favorecem ideais democráticos, como a cidadania, o trabalho participativo a formação continuada para todos os segmentos. O trabalho participativo é imprescindível nesta nova era que a educação vive: uma educação para todos, isto implica em integração e em saber partilhar, sejam ideias, sonhos ou anseios.

Assim como o Regimento Escolar de 1988 o documento de 2008 também cita o Círculo de Pais e Mestres – CPM que busca integrar família-escola-comunidade (REGIMENTO ESCOLAR 2009). Além do Círculo de Pais e Mestres, o Regimento atual traz o Conselho Escolar que

é órgão deliberativo, consultivo e fiscalizador nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, respeitadas as normas legais e as diretrizes da mantenedora. A estrutura, a composição e as competências do Conselho Escolar são definidas pela legislação própria (REGIMENTO ESCOLAR, 2008, p. 7).

O Conselho Escolar tem uma grande importância nas escolas, pois veio para fortalecer a participação e a transparência das ações da gestão da escola. Para Veiga (2007) o Conselho Escolar é um órgão colegiado que determina sobre questões político-pedagógicas, administrativas e financeiras da escola que são encaminhadas pelos diferentes segmentos, bem como mobiliza os membros representativos da escola e comunidade local na busca pela melhoria da qualidade social do processo educativo e da gestão democrática.

A metodologia de ensino também é mencionada no Regimento Escolar atual e chama atenção:

a Escola desenvolve uma metodologia de trabalho que oportunize experiências enriquecedoras e significativas num ambiente acolhedor e desafiador em condições adequadas de desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social (REGIMENTO ESCOLAR, 2008, p. 11).

De um caráter extremamente técnico constatado na análise do Regimento de 1988 percebe-se que o documento atual tem uma visão mais humanizadora no que se refere a preparar o aluno, percebendo que é preciso um conjunto que vá ao encontro do desenvolvimento humano pleno, ou seja, é necessário que o ambiente seja acolhedor, que sejam oferecidas diversidades de experiências e que, sobretudo o aluno seja percebido como ser bio-psico-sócio-espiritual.

Além disso, é possível perceber que a escola também já reconhece a importância que a inserção de valores tem no processo de ensino-aprendizagem, pois são citados no documento, e entendidos como subsídios fundamentais na transformação e percepção do meio em que o aluno vive. Assim, conforme o Regimento Escolar

o educando precisa perceber-se integrante transformador de seu meio, no exercício de direitos e deveres, adotando atitudes de solidariedade, cooperação, respeito, posicionando-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais (REGIMENTO ESCOLAR, 2008, p. 11).

Em se tratando da avaliação do educando, segundo o Regimento Escolar esta se

caracteriza-se como um processo, participativo, mediador, cumulativo e interativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar. O ato educativo é percebido como um todo, onde ensino e aprendizagem ocorrem simultaneamente, onde avaliação e recuperação fazem parte desse processo, acontecendo, permanentemente, num mesmo tempo pedagógico, uma vez que é parte indissociável do processo, cujo compromisso maior é a aprendizagem (2008, p. 11).

Considerar a avaliação como um processo que compreende o todo, e não apenas um resultado final e estanque é fundamental para a qualidade do processo de aprendizagem, mais importante ainda quando há uma participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Quanto a avaliação da escola, de acordo o Regimento Escolar (2008, p.12) esta ocorre de acordo com a “informação de como está o andamento e funcionamento da Escola do ponto de vista da Comunidade Escolar”. Observa-se a participação da comunidade nesta avaliação, o que representa um grande avanço no Regimento atual, uma vez que no documento de 1988, membros como pais, alunos e funcionários ficavam de fora desta avaliação.

Por fim, o documento atual traz um novo e importante elemento: o Projeto Político-Pedagógico. Este é

elaborado com a participação e colaboração da comunidade escolar (professores, profissionais da educação, alunos, funcionários e pais) através da articulação com as famílias e a comunidade, executando-se uma proposta pedagógica capaz de dar consistência ao trabalho realizado com vistas a atingir as finalidades para as quais foi criado. (REGIMENTO ESCOLAR, 2008, p. 13).

Pode-se dizer que este é o grande progresso do Regimento Escolar, ou seja, o fato de acrescentar o Projeto Político-Pedagógico em sua redação, reconhecendo e exaltando a sua importância para a escola e comunidade.

Em consonância com o Regimento Escolar (2008), o Projeto Político-Pedagógico reflete a condução do ambiente da comunidade escolar, sempre fiel a suas circunstâncias e retrato de seus anseios, necessidades e demandas, de acordo com a realidade imediata e mediata da comunidade, em que a escola se insere, com

uma filosofia coerente e fixação de metas concretas e metodologias capazes de conduzir concretização destas metas.

Sendo assim, tornou-se possível perceber que o Regimento Escolar, passou por uma significativa inovação, onde a participação, a integração e a concepção humanística ganham espaço, neste que também se configura como um documento essencial na escola. Feita a análise do Regimento Escolar, passa-se ao estudo do Projeto Político-Pedagógico.

3.3 Projeto Político-Pedagógico (2012)

Diante da nova realidade que se apresentava no cenário educacional do Brasil, emerge um novo modo de se buscar uma educação com qualidade dentro de princípios democráticos, quebrando velhos paradigmas que, até então, estavam enraizados: o Projeto Político Pedagógico como referencial para uma gestão democrática. Nesse sentido,

É inegável a importância do projeto pedagógico particularmente quando se assume seu significado como projeto político pedagógico (PPP), o que ocorre quando seu processo de elaboração e implementação se pauta pelo princípio democrático da participação e, portanto, como um dos elementos de exercício da gestão escolar democrática (AZEVEDO, p. 13).

Observa-se que o Projeto Político-Pedagógico é o principal instrumento na concretização da democracia, e que seu processo de construção iniciou no ano de 2001, como resultado de uma exigência legal que visava a instalação da democracia no interior das escolas (TAGLIETTI, 2009). Esta exigência também está presente na LDB 9394/1996 em seu artigo 3º, aonde afirma que o ensino será ministrado com base em alguns princípios, dentre eles, a gestão democrática do ensino público. Desta forma, para que haja uma melhor compreensão de como ocorre este processo, segue a análise do Projeto Político-Pedagógico da escola objeto de estudo.

O Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual de Educação Básica Dom Antônio Reis foi fruto de reuniões e debates envolvendo toda a comunidade escolar, baseado na realidade onde ela está inserida. O Projeto Político-Pedagógico é

atualizado sempre que necessário, de acordo com os anseios da comunidade. Dentro da escola, o Projeto Político-Pedagógico é a principal ferramenta na consolidação da democracia. É ele quem dá vida à comunidade escolar, por isso serão analisados diversos aspectos do mesmo, considerados indispensáveis para a reflexão e compreensão da prática e da dinâmica escolar. Inicialmente, destaca-se a filosofia adotada pela escola.

Por acreditarmos que a Escola é um espaço de formação de seres humanos e por pensarmos que nos tornamos mais ou menos humanos conforme o desenvolvimento de nossas potencialidades, é que traçamos uma filosofia voltada para a formação integral do educando, com ênfase na área humanística baseada na teoria construtivista, desenvolvendo uma pedagogia relacional (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 1).

Um dos pontos positivos do Projeto Político-Pedagógico é a adoção, por parte da escola, do olhar voltado para a formação integral do educando. Com as transformações sociais ocorridas no período, a escola também precisou transformar-se, quebrando velhos paradigmas, dentre eles, passar a perceber o aluno como ser integral. Entretanto, compreender o aluno em sua totalidade ainda é uma dificuldade para muitos educadores, principalmente para aqueles que já possuem uma longa trajetória profissional. Não pode deixar de ser mencionado, que mesmo os profissionais que chegam hoje na escola, com um discurso voltado para uma educação integral e mais humanística, também apresentam dificuldade de colocá-la em prática.

Em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (2012), a filosofia que embasa as práticas da escola foi escolhida a partir de estudos relacionados pela comunidade escolar, em reuniões, aonde também foi discutido o perfil da escola que se tem e o perfil da escola que se deseja. Sendo a filosofia um elemento de extrema importância por embasar o perfil da escola, nada mais justo do que a participação de toda a comunidade escolar na sua escolha e elaboração. Demo (1988), ao referir-se sobre esta participação, afirma que a mesma se constitui um processo de conquista, aprendizado e, sobretudo, de disputa com o poder dominante, em que participar é essencial neste panorama educacional que se instalou nas escolas nos últimos anos: a luta e a conquista da efetivação de uma gestão democrática.

Com a gestão democrática vieram muitas transformações, as quais atingiram as relações internas da escola e sua organização, como também, o ensino e até

mesmo a relação professor aluno, que passou a ter um olhar mais humano. A concepção humanística ganha destaque, pois segundo o Projeto Político-Pedagógico (2012), o eixo temático da prática escolar compreende os valores humanísticos, os quais a comunidade escolar julga ser de suma importância para o desenvolvimento. O espaço em que o ser humano vive é o ponto de partida para a construção de uma sociedade mais humana. E que com esta experiência social a criança e o jovem aprendem a descobrir-se a si mesmo, desenvolvendo as relações com os outros, adquirindo bases no campo do conhecimento e do saber fazer (SANDESKI, 2006).

Assim, possuir os valores humanísticos, como base da prática cotidiana na escola, é um fator favorável na busca de um desenvolvimento mais humano e pleno do aluno. O fato de a escola atender todas as crianças e jovens do município, matriculados desde os anos finais do ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, a torna a maior instituição de ensino, tanto em espaço físico, quanto ao número de alunos atendidos. Isto também resulta em um ambiente de diversidade cultural, econômico e social, uma vez que Faxinal do Soturno é um município colonizado por imigrantes italianos, onde se concentram quatro vilas, das quais, a grande maioria das famílias vive na pobreza e sem nenhuma estrutura familiar. Esta diversidade desemboca no contexto escolar e requer um olhar mais humano e atento para cada uma destas crianças e jovens.

Na análise do Projeto Político-Pedagógico, abordam-se agora quatro marcos que a comunidade escolar possui como base para seus objetivos: o marco referencial, o marco situacional, o marco doutrinal e o marco operacional. É possível compreender que o marco referencial da escola tem uma grande preocupação com a aprendizagem dos alunos. E para facilitar e orientar a regulação didática do processo de ensino-aprendizagem, o Projeto Político-Pedagógico (2012) enfatiza o caráter construtivo e dialético de todo o processo de desenvolvimento individual, aonde o conhecimento e comportamento resultam do processo e construção subjetiva, nas trocas cotidianas com o meio circundante. Para tanto, a escola estabelece o que deseja alcançar, da seguinte forma:

Queremos a construção da Escola, através da participação e do comprometimento de todos os segmentos, avaliando constantemente nossas ações, pois nada está pronto: valor da educação, autonomia administrativa e a mudança de mentalidade para se chegar à qualidade do ensino público. A Escola garantindo a presença dos segmentos escolares

em seu cotidiano, organizando-se no sentido de promover a aproximação da comunidade, sensibilizando-a para a importância da sua participação, chamando-os para a responsabilidade. Os rumos desta escola devem cada vez mais ser decididos em uma ação conjunta com todos os segmentos numa relação de parceria e amizade (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 4).

Confirma-se, mais uma vez, a relevância da participação da comunidade escolar nas decisões e ações da escola, especialmente, nas questões que tratam do processo ensino-aprendizagem, mostrando que a gestão da escola tem a clareza da importância da democracia na busca de uma sociedade justa e igualitária. Para Hora (2003), dois fatores são necessários para que a democratização da escola se concretize: a participação de todos os membros da comunidade escolar nos processos de decisão e a existência de um amplo processo de informação, em que todos tomam conhecimento do que acontece no interior da instituição e suas relações externas. Assim, torna-se importante favorecer um espaço democrático para a comunidade por meio de uma participação realmente efetiva, como também, pensar no ensino como elemento que faz parte deste processo de democratização. Com este intuito, gestores e professores devem preparar os alunos em sua totalidade. Conteúdos que preparam apenas para o vestibular não bastam, o mundo de hoje exige muito mais do que isto, exige que o aluno esteja preparado para atuar como cidadão crítico, autônomo e consciente na sociedade em que vive.

Esta ideia faz uma conexão com o pensamento de Freire (1996), que sinaliza para o fato de que o professor não pode reduzir sua prática docente ao puro ensino daqueles conteúdos. É preciso que os conteúdos trabalhados em sala de aula sejam sempre relacionados com a realidade circundante, incorporando a eles valores como: solidariedade, respeito, honestidade, humildade, entre outros, para que o aluno esteja preparado para enfrentar e lidar com as situações da vida de uma forma mais humana.

Recorrendo ao Projeto Político-Pedagógico, evidencia-se mais uma vez este desejo por parte da comunidade em tornar a escola um espaço humanístico, indo ao encontro de um ensino democrático que privilegie a todos, sem nenhuma distinção social.

Estamos querendo que nossa escola seja "humanística", isto é, "escola para todos". Onde tudo é valorizado "na escola por excelência", deve ser repensado, redefinido, onde os critérios sejam substituídos pelo desenvolvimento de competências e habilidades, orientadas sempre para o

desenvolvimento humano dos educandos (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 6).

Em se tratando do marco situacional, este traz uma abordagem social e histórica no que se refere à educação. Segundo o Projeto Político-Pedagógico (2012), a educação era privilégio de poucos, pois sempre houve diferenças de nível social, econômico e político, onde grupos elitizados tinham o controle sobre grupos menos privilegiados. Nesse sentido, Teixeira (1997) chama atenção de que no decorrer da história do nosso país, a educação, que era destinada para uma elite minoritária, deve se estender a todos, ressaltando que não se trata apenas de escola para todos, mas de que todos aprendam. Torna-se primordial então, que o educador repense constantemente o modo de viver e enfrentar seus desafios da prática diária. Mas também, vale ressaltar, que este é um compromisso da escola como um todo, desde a equipe diretiva e professores, até os funcionários, afinal todos os setores da escola, de alguma forma, exercem um papel educativo. A escola de hoje precisa saber lidar e receber os seus alunos, respeitando sua história de vida, sua individualidade e sua realidade, evidenciando o surgimento de uma nova era: a da educação para todos.

Em conformidade com esta reflexão, a educação para todos é traduzida em um dos princípios do ensino, contidos na Constituição Federal (1988), o qual compreende a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Nesta perspectiva está o Projeto Político-Pedagógico, pois “nos dias atuais, o contexto da educação caminha para oferecer “educação para todos”, educação libertadora, onde a comunicação é pivô do desenvolvimento [...]” (2012, p. 7).

No que se refere à comunicação, esta é a palavra chave dentro de uma escola. Quando há necessidade de reuniões emergenciais, normalmente, são convocados os representantes do Conselho Escolar e o Círculo de Pais e Mestres – CPM. Estes deveriam repassar as informações aos seus respectivos segmentos, colocando-os a par do que foi discutido e determinado. No entanto, não é exatamente isto que acontece. Observa-se que as pessoas não tem o real entendimento do conceito democracia e, também, da consciência do papel de cidadão, pois, na maioria das vezes as informações não chegam até os outros membros. Ou seja, aqueles que representam seus segmentos não repassam e não discutem com seu grupo o que foi tratado na reunião. Em termos de cidadania, os indivíduos não percebem a importância que estas reuniões possuem. Porém são

exatamente nestas reuniões que se promovem a cidadania, que por sua vez está atrelada à democracia.

Além disso, o Projeto Político Pedagógico (2012) ainda menciona a importância da ação educativa voltada para o diálogo, sendo este, indispensável tanto nas vivências, quanto na construção do Projeto Político-Pedagógico. Nas palavras de Marques (2008), a construção da identidade dos indivíduos esta pautada em suas relações dialógicas com os outros, no reconhecimento da diferença, que produz no indivíduo diferenciado o sentimento de autovalorização e, nos outros, um sentimento ativo e positivo de admiração e reconhecimento. O pensamento da autora permite compreender o diálogo como um importante artifício na sustentação de uma gestão democrática. O Projeto Político-Pedagógico representa a identidade da comunidade de uma escola, assim, o diálogo se torna fundamental não só na construção de tal projeto, mas também nas relações e na resolução dos conflitos vivenciados no cotidiano escolar.

A realidade dos alunos também é questão abordada no Projeto Político-Pedagógico em relação aos conteúdos. Ter em mente que os conteúdos devem fazer uma conexão com a realidade dos alunos é extremamente importante no desenvolvimento intelectual e social dos mesmos. Entretanto, observa-se dentro da escola, que esta ainda não é uma realidade para todos os professores. Dos que tentam relacionar a vivência aos conteúdos, somente alguns conseguem, e essa dificuldade pode estar pautada no fato deste profissional não saber empregar esta dinâmica, pois aliar teoria com a realidade ainda é muito trabalhoso para alguns.

O currículo, como elemento determinante no processo de construção do sujeito, também é referendado. Nos termos do Projeto Político-Pedagógico (2012), o currículo expressa uma cultura e transfere uma ideologia, e a escola deve identificar e revelar os componentes ideológicos do conhecimento escolar, que a classe dominante utiliza para a manutenção de privilégios. Contudo, esta é uma tarefa difícil, tanto para o professor quanto para a escola, pois existem grandes influências negativas externas que dificultam o trabalho de conscientização que se realiza com as crianças e jovens.

Quanto ao marco doutrinal, este é caracterizado pela construção de uma Proposta Política Pedagógica, que busca o comprometimento de toda comunidade escolar na concretização de um trabalho de qualidade. No corpo do Projeto Político-Pedagógico, encontra-se expresso a opção de sociedade referenciada pela

Constituição de 1988, “uma sociedade livre, justa e solidária se baseia na dignidade da pessoa e no exercício de sua organização e participação nas estruturas sociais” (Art. 3,1). Nesta perspectiva, a sociedade, que a comunidade escolar deseja, tem as seguintes características:

Livre, justa e participativa, respeitando os direitos básicos do pluralismo e da liberdade; provocadora de um processo sócio-cultural consciente, criativo, responsável e participativo, voltado para a realidade e a valorização do homem e do ambiente; democrática com consciência dos direitos e deveres como elementos indispensáveis para o exercício da cidadania; a vivência política alicerçada no bem comum; que favoreça o crescimento dos indivíduos com vista à sua plena realização e que denuncie e combata toda a forma de manipulação, alienação, baseado em valores morais, éticos e religiosos (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 25).

Levando em conta que a escola tem como eixo norteador a concepção humanística, é possível contatar que ela está estampada de modo significativo no Projeto Político-Pedagógico. Ainda, verifica-se que a comunidade escolar busca uma sociedade igualitária e alicerçada na democracia, preparando o aluno para o exercício pleno na sociedade, tendo a clareza de que a criatividade, a responsabilidade e a participação consciente são indispensáveis no mundo em que vivemos. Também é importante destacar a preocupação que existe de preparar e incentivar o senso crítico do aluno. Mesmo que seja uma tarefa difícil, é importante despertar e chamar a atenção do aluno para o todo e qualquer tipo de manipulação e alienação ao mundo, mostrando que é preciso ser crítico em relação ao conhecimento e ao que acontece ao seu redor. Merecem destaque ainda, as questões abordadas pela comunidade, como valores morais, éticos e religiosos. O papel da escola mudou, assim sendo, não se restringe mais apenas a preparar o aluno ao aprendizado de conteúdos, provas que medem índices de conhecimento e concursos como o vestibular.

Com este intuito, a comunidade deve traçar ações que diminuam a distância daquilo que se deseja. Sendo assim, a escola organiza e executa diferentes atividades por meio de projetos, que perpassam os conteúdos. Destacam-se os seguintes projetos: Rádio Escola, Horta e Jardinagem na Escola, Línguas (executado por alunos do ensino médio nos anos iniciais), Alimentação Saudável, e Projeto de Leitura. Além disso, anualmente a escola organiza a gincana denominada Festieedar, onde todos os segmentos participam. Estas atividades são essenciais para a aquisição de competências e habilidades, que vão desde a criatividade e

responsabilidade até o trabalho em equipe.

Nesta perspectiva, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2012) a gestão caminha para democracia prática, visando à integração entre os segmentos da comunidade escolar e setores da escola, realizando atividades extraclases em geral, contando, para isto, com setores e grupos, como o Círculo de Pais e Mestres (CPM) e equipe diretiva. Em consonância com esta ideia trazida pelo Projeto Político-Pedagógico da escola que é objeto deste estudo, Yus (2002, p. 155) afirma que o objetivo dos ideais democráticos “é preparar as pessoas para que sejam capazes de assumir no futuro as ideias e os hábitos democráticos, e a escola é um instrumento para reproduzir, consolidar e otimizar a democracia”.

Além disso, a comunidade escolar entende que a comunicação também é um elemento fundamental na superação de conflitos entre os segmentos, capaz de tornar a escola democrática, cada vez menos seletiva e discriminatória. Mais uma vez, a escola enfatiza o elemento comunicação, agora voltada para outro discurso. Ainda, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2012), a comunidade acredita que debates e palestras proporcionam esclarecimentos, constituindo-se em formas de diminuir a distância entre professores e pais, mostrando a importância de cada um desempenhar sua função.

A união é fundamental no êxito das ações que a escola se propõe, entretanto, é fundamental que cada instituição, escola e família tenham a clareza do seu papel em relação ao processo educativo. E isto é algo que não só a escola em estudo, mas as escolas de um modo geral, não vêm obtendo sucesso, pois em muitas situações é delegada à escola um papel muito maior do que aquilo que realmente compete a ela, ou seja, compromissos e responsabilidades que cabem à família.

Outras questões chamam atenção, como o trabalho em conjunto e interdisciplinar, as atividades interativas, o encaminhamento dos alunos ao atendimento especializado sempre que necessário, e os critérios de avaliar o conhecimento.

A interdisciplinaridade também merece destaque, considerando que a prática interdisciplinar é essencial para um ensino mais atrativo, pois permite trabalhar um tema de vários ângulos, onde a criatividade e o dinamismo andam lado a lado. Desse modo é importante que os professores concebam a interdisciplinaridade como uma aliada em sua prática diária. Todavia, torna-se evidente na escola o quanto é difícil para a grande maioria dos docentes desenvolverem projetos,

correlacionar os temas com as demais disciplinas e, que esta prática é pouco realizada no dia a dia do ambiente escolar.

Diante da prática democrática, fica evidente a vontade por parte da escola de manter sempre os portões abertos para a comunidade, pois o Projeto Político-Pedagógico (2012) reitera este desejo de integração entre a escola e a comunidade, para que haja uma maior interação no processo educativo, contribuindo para uma educação de qualidade. Em contrapartida, o que se constata é a falta de responsabilidade, ou seja, a participação expressa no Projeto Político-Pedagógico é pouco significativa na prática diária, em especial a participação da família. O envolvimento na tomada de decisões e nas ações da escola deve ser encarado por todos os membros da comunidade escolar, além de um direito democrático, mas também, como uma responsabilidade social e um ato de cidadania.

No que diz respeito ao marco operacional, de acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2012), este se caracteriza como a tomada de posição em relação a aquilo que se deseja, para provocar a transformação da comunidade e da sociedade, com base na realidade sócio-econômico-política. Para tal, propõe-se um processo educativo que:

vivencie a filosofia da Escola, colocando-a como meta principal a ser observada e seguida no trabalho de todos os que fazem parte do processo Ensino-aprendizagem; proporcione uma avaliação diagnóstica, contínua, cumulativa, qualitativa e participativa em constante análise do trabalho construído na relação professor x aluno; proporcione meios de estudos de recuperação considerando as diferenças individuais; oportunize encontros com a participação e integração da Comunidade Escolar; ofereça espaços para o aprimoramento pessoal dos pais e alunos; chama os pais a assumir como principal responsável pela educação dos filhos; reveja sempre que necessário seu currículo, objetivos, conteúdos e metodologia; promova os valores morais, sociais e religiosos; incentive o planejamento interdisciplinar; amplie e realize adequações do espaço físico para utilização de salas de laboratório atendendo as especificidades de cada área de conhecimento; utilize a monitoria discente, como auxílio e recurso a fim de melhorar o aproveitamento do aluno; propicie um ambiente escolar favorável priorizando a assiduidade e o rendimento escolar do aluno; enfatize uma educação preocupada em resgatar a qualidade e a cidadania, buscando o comprometimento de todos no desenvolvimento de um trabalho participativo e construtivo; propicie um ambiente que se preocupe com os índices de violência atual, procurando oferecer segurança a alunos, professores e funcionários no recinto escolar; realiza com a Comunidade Escolar, normas de convivência para que aconteça um bom relacionamento num ambiente que priorize o respeito, a responsabilidade e a amizade (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 29-30).

Frente a estas colocações, faz-se necessário, mais uma vez, ressaltar que as ações pensadas e realizadas na escola precisam estar voltadas para o princípio da democracia. É fundamental promover a participação de todos os segmentos, e ter a clareza de que “[...] a escola não pode ser mais uma instituição isolada em si mesma, separada da realidade circundante, mas integrada numa comunidade que interage com a vida social ampla”. (LIBÂNEO, 2004, p. 114). Assim, é traçada uma série de indicativos para a construção de uma escola democrática, destacando-se “a participação da comunidade escolar, a humanização, a solidariedade, a menor seletividade e discriminação e a comunicação efetiva entre os segmentos” (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 31).

O Projeto Político-Pedagógico também traz um diagnóstico da atual realidade da escola, ou seja, uma constatação dos objetivos que foram propostos alcançar e de como a realidade escolar se apresenta, bem como, as ações que a escola realiza para concretizar e chegar mais perto do que deseja.

Assim, são destacados no Projeto Político-Pedagógico alguns avanços:

grande empenho por parte do sistema Educacional no sentido de aperfeiçoamento e atualização dos profissionais, resgatando a importância de uma Educação humanizadora, igualitária, inclusiva e participativa no contexto atual; Melhoria no ambiente escolar; Busca de uma maior participação da família nas atividades sociais, culturais, esportivas, pedagógicas e administrativas realizadas pela Escola; Preocupação em resgatar valores do ser humano; A escola adotou medidas para combater a infrequência a evasão escolar e a preocupação em recuperar a aprendizagem do aluno; Uso da monitoria discente por alguns professores na busca de crescimento e aprendizagem; Empenho da Comunidade Escolar no sentido de proporcionar segurança no Ambiente da instituição; Aquisição, concerto e recebimento de equipamentos de informática, audiovisuais (fitas, vídeos, televisões, rádios gravadores e tela para projeção), de mobiliários, de máquina copiadora, de ventiladores, bebedouros, eletrodomésticos, utensílios de cozinha, equipamentos para o laboratório, jogos didáticos e pedagógicos, condicionadores de ar; Ampliação do acervo Bibliográfico; Melhoria na qualificação do espaço pedagógico da escola: sala de recursos, salas de aula, sala de multimídia, laboratório de informática e ampliação do auditório (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 33-34).

Os elementos elencados como avanços no Projeto Político-Pedagógico são de grande contribuição para uma escola democrática, pois primar por uma educação humanizadora, igualitária, inclusiva e participativa é primordial neste novo panorama educacional. Cabe ressaltar que a concepção humanística tem muita força dentro da escola. Esta corrente exige, principalmente, dos professores a compreensão e a percepção dos seus alunos em sua totalidade, uma vez que, o ser humano se

constitui como um ser bio-psico-sócio-espiritual, ou seja, ele é corpo, mente, interage no meio em que vive e tem sentimentos e emoções que precisam ser considerados no processo educativo.

Este é o momento de uma educação que busca condições de igualdade para todos, tornando a sociedade mais justa e igualitária e isto precisa ser cultivado já no contexto escolar. Ao encontro destes ideais surge a inclusão, que deve ser reconhecida como um direito das pessoas com necessidades especiais, onde a escola possa oferecer um espaço adequado e atendimento especializado e igualitário, para que estas crianças e jovens possam se socializar e se desenvolver dentro dos seus limites. Deste modo, chama-se atenção para o fato da forma como a inclusão realmente ocorre nas escolas. Por mais que a escola conte com uma educadora especial e espaço físico adaptado para cadeirantes, há um grande descontentamento entre os professores em relação à formação inicial e continuada, para uma prática pedagógica de qualidade e um melhor preparo no tratamento com estes alunos. Oferecer a comunidade escolar, professores e, até mesmo servidores preparados para atender alunos especiais também é uma forma de propiciar um espaço democrático aos alunos especiais e suas famílias. Para que isso ocorra, cabe à comunidade tomar conhecimento das políticas públicas e reivindicar por seus direitos, o que raramente acontece. Portanto, a participação responsável e consciente de todos os segmentos é imprescindível, pois é participando dos assuntos e ações da escola que cada membro pode reivindicar suas necessidades e sonhos.

Os recursos multimídia destacados nos avanços do Projeto Político-Pedagógico soam positivamente no que concerne a um espaço democrático. Proporcionar um espaço tecnológico, moderno e bem equipado, também é democratizar a educação, uma vez que muitas crianças e jovens fora da escola não tem acesso a computadores, data show, internet e, até mesmo climatizadores de ar, que tornam o espaço da sala de aula mais agradável.

De tal modo, como o Projeto Político-Pedagógico traz os avanços, coloca também as dificuldades enfrentadas pela escola. Assim, são acrescentadas as seguintes dificuldades:

Falta de comprometimento e interesse de algumas famílias na educação dos filhos; Pouco tempo disponível, dentro da carga horária do professor, para que aconteçam encontros e um efetivo planejamento interdisciplinar;

Um melhor atendimento ao aluno em atividades de reforço extraclasse; Falta de Recursos Humanos para atendimento em setores previstos no Regimento Escolar (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 34).

Infelizmente, estas questões são aspectos bastante negativos que vão de encontro à qualidade da educação. Mesmo que a escola busque mecanismos para trazer a família junto à escola, a fim de que o processo educativo se torne uma parceria entre ambas, muitas vezes ainda existe uma grande falta de comprometimento da família na educação dos filhos. A carga horária em excesso também é um fator que desfavorece o trabalho interdisciplinar, bem como a falta de recursos humanos para atender todas as necessidades da escola.

Sendo assim, o Projeto Político-Pedagógico sistematiza as necessidades para superar os obstáculos encontrados no dia a dia e que venham a contribuir para uma educação de qualidade e democrática. São elas:

Estudo do Projeto Político Pedagógico e de metodologias que possam embasar a prática pedagógica adequada ao professor e a realidade do aluno; Valores humanos serem trabalhados sistematicamente; Continuar investindo na importância e na conscientização da participação da família na educação escolar; Ampliação do Quadro de Recursos Humanos com aproveitamento dentro de sua Área do Conhecimento para melhor funcionamento de todos os setores da Escola; Atendimento a alunos com dificuldade de aprendizagem, através de reforço e recuperação em turnos paralelos; Implementar atendimento diferenciado para alunos portadores de necessidades especiais em ambiente propício (sala de recursos); Planejamento de atividades que despertem o interesse e a criatividade dos alunos (coral, grupo de dança, teatro, jogos, gincanas, músicas, etc); Conhecimento, aprofundamento e aplicação da Proposta Pedagógica a ser trabalhada pela Escola; Atendimento diferenciado ao aluno noturno evitando assim o fracasso escolar e a evasão; Atualização e ampliação do acervo bibliográfico; Ampliação dos espaços físicos (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 34-35).

Perante as necessidades colocadas, é possível perceber o valor que escola atribui ao Projeto Político-Pedagógico, e isto é fundamental para o êxito do processo de ensino aprendizagem. Ou seja, o professor deve basear sua prática no Projeto Político-Pedagógico, e sobre este, Veiga (2003, p. 276) ressalta que “o Projeto Político-Pedagógico que dá o norte, o rumo, a direção”.

Contudo, no decorrer da pesquisa, foi possível perceber que a comunidade escolar não dá a devida importância ao Projeto Político-Pedagógico. Além de muitos membros desconhecerem o documento, também não demonstram interesse em se inteirar sobre o mesmo. Verificou-se, também, que poucos professores possuem a preocupação de embasar sua prática no Projeto Político-Pedagógico. Com base nos

referencias estudados ao longo da pesquisa que tratam do Projeto Político-Pedagógico, entende-se que este tem uma grande importância na escola, devendo por isso, ficar exposto em um local de maior acesso a comunidade e não somente arquivado na Coordenação Pedagógica. O Projeto Político-Pedagógico retrata a comunidade escolar, ou seja, ele contém um pouco de cada um que a compõe, por isso ele se torna um documento de todos e que deve ser acessível a todos.

Segue-se discutindo as prioridades da escola, dentre elas destacam-se:

Maior comprometimento e participação na aplicação das normas de convivência por parte de todos os segmentos da Comunidade Escolar; Tratamento especial ao aluno infrequente, evadido e repetente, priorizando o seu efetivo rendimento e assiduidade, com atendimento diferenciado ao aluno do noturno; Elaboração participativa envolvendo normas e critérios de avaliação do Processo Ensino Aprendizagem; Trabalho integrado, interdisciplinar e participativo, planejando e construindo propostas em equipe; Aproveitamento e adaptações de espaços físicos; Realização de Projetos envolvendo temáticas a serem trabalhadas sistematicamente; Dispor de um professor substituto em todos os turnos de funcionamento da Escola (PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO, 2012, p. 35-36).

Dispor de tratamento especial ao aluno evadido, infrequente e repetente é um compromisso da escola, e é necessário que a escola promova ações para evitar e sanar tais situações. Neste sentido, a escola se destaca, pois em parceria com a Promotoria de Justiça do município e também com uma empresa privada apoiada pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – COMDICA são desenvolvidos diversos projetos no resgate destes alunos. Dentre eles destacam-se: Projeto Expressando Arte, Atletismo e Música na Escola.

Quanto a participação, novamente citada no Projeto Político-Pedagógico, chama-se a atenção do trabalho integrado e interdisciplinar, onde as propostas são construídas em equipe. Isto leva a crer que a escola valoriza o trabalho em equipe e voltado para a participação de toda a comunidade escolar. Partindo do princípio democrático, é essencial propiciar o envolvimento de todos os membros na elaboração de propostas e objetivos, pois a participação é um direito assegurado constitucionalmente e expressado no Plano Nacional da Educação. Chama-se a atenção para um de seus objetivos

democratização da gestão do ensino público, nos estabelecimentos oficiais, obedecendo aos princípios da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e a participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Reitera-se, ainda, que a participação consciente e responsável é um problema enfrentado pela escola. Assim como a escola busca uma participação efetiva de toda a comunidade, em contrapartida, por falta de interesse e outros tantos motivos, esta participação não ocorre como a escola gostaria. Ao que parece, a comunidade não tem a clareza do entendimento de conceitos como democracia e cidadania.

Por fim, aponta-se outro fator muito importante a ser discutido no Projeto Político-Pedagógico da escola, a avaliação que mede o conhecimento do aluno. De acordo com o Projeto Político-Pedagógico (2012), a avaliação se dá dentro de uma perspectiva construtivista, onde a qual tem função diagnóstica, participativa, cumulativa e contínua, tendo como alicerce a realidade do aluno. Como já mencionado, a filosofia da escola, que possui como base a corrente humanista, está expressa no Projeto Político-Pedagógico, denotando uma grande preocupação no desenvolvimento integral do ser humano, ou seja, a escola considera o aluno nos seus diferentes aspectos, desde o afetivo ao intelectual, considerando sempre a realidade dos alunos. Além disso, a participação de todos os segmentos também é uma questão muito discutida no Projeto Político-Pedagógico, pois é possível perceber que a escola tem o seu discurso voltado para a democracia, procurando sempre envolver todos os membros nas ações que acontecem no âmbito escolar. Em suma, pode-se afirmar que o Projeto Político-Pedagógico engloba a participação da comunidade escolar e preocupa-se com um ensino e relações pautadas na corrente humanista.

Acredita-se que para a escola conseguir conciliar discurso e prática, é necessário que a comunidade escolar compreenda a importância de sua participação na tomada de decisões e nas ações que acontecem, e ainda compreender a importância e necessidade de valorização do Projeto Político-Pedagógico como instrumento capaz de consolidar a democracia e nortear uma prática escolar e pedagógica de qualidade voltada para o ser humano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso deste trabalho procurou-se destacar a importância do Projeto Político-Pedagógico como referencial na consolidação da democracia da escola. Partindo de um estudo aprofundado, constatou-se que foi necessário um longo percurso histórico para que a democracia fosse uma realidade naquela comunidade escolar.

Nos anos 1980, as escolas adotavam o Regimento Escolar como documento que fundamentava suas ações. Em análise ao documento de 1988, constatou-se que o mesmo tinha um perfil burocrático, ou seja, sobressaíam-se aspectos como as características dos setores da escola e suas funções no espaço escolar, prevalecendo o caráter técnico sobre o humano.

Em nenhum momento, o Regimento Escolar menciona a participação de toda comunidade escolar na tomada de decisões, visto que, a comunidade escolar envolve todos os membros da instituição: professores, alunos, pais e funcionários. Ao falar em participação, o Regimento menciona apenas o Círculo de Pais e Mestres – CPM, quando, na verdade, uma participação realmente efetiva vai muito além do que uma mera representação de pais.

O modo de organização da escola, bem como suas ações e decisões, eram concentradas nas mãos do diretor, impossibilitando os demais membros de ter conhecimento e, muito menos, o poder para opinar, reivindicar e participar na tomada de decisões e nos acontecimentos do espaço escolar. As relações se davam dentro de uma perspectiva vertical, ou seja, o poder era ditado partindo de uma escala que seguia a seguinte ordem: diretor, professores, alunos, pais e funcionários. Cada um tinha conhecimento apenas dos assuntos que lhe dizia respeito. Por exemplo, ao funcionário, não cabia direito de opinar sobre assuntos pedagógicos, e isto leva a crer que o poder e as ações não se davam de modo articulado.

Além disso, não era permitida a participação dos pais na metodologia dos professores ou na forma de como os seus filhos eram avaliados. Isto era apenas incumbência dos docentes, ou seja, não competia à família opinar como os professores poderiam desenvolver suas aulas ou como poderiam avaliar o

conhecimento dos seus alunos. Enfim, não havia intervenção pedagógica por parte dos pais, a qual hoje é uma das conquistas da escola democrática.

Contudo, é necessário destacar que nos últimos anos a educação passou por transformações, e estas também atingiram as características do Regimento Escolar. O documento com data de 2008 traz em sua essência os princípios democráticos, enfatizando uma educação mais humanizadora, uma participação efetiva que busca promover a integração, bem como destaca a importância do Conselho Escolar que favorece a transparência das ações da gestão escolar e principalmente a valorização que é atribuída ao Projeto Político- Pedagógico.

Para que esta realidade mudasse, alguns fatores foram determinantes, como o Manifesto dos Pioneiros da Educação e o fim da ditadura militar, que trouxeram a democracia para dentro das escolas e, conseqüentemente, uma mudança nas relações e na organização do contexto escolar.

O perfil das escolas que, até então, eram extremamente tradicionais e mais preocupadas com os conteúdos, a repetição e memorização dos mesmos, e onde o poder era controlador e centralizado, passa a ter um olhar voltado para o desenvolvimento integral do ser humano e a busca por formas de compartilhar o poder. Esta evolução fica evidente na análise realizada no novo documento que direciona as ações das escolas: o Projeto Político-Pedagógico. O documento da escola que é objeto deste estudo reflete muito bem esta transformação. Junto com o entendimento de que a democracia é a melhor forma para a construção de uma sociedade justa e igualitária, instituiu-se no ambiente escolar uma base mais humanística, na busca de uma educação de qualidade.

Com esta realidade, o Projeto Político-Pedagógico passa a ser o precursor da democracia, e um documento que estampa a realidade, os sonhos e anseios da comunidade escolar. O Projeto Político-Pedagógico foi, de fato, um divisor de águas no campo educacional, rompendo velhos paradigmas. Ao analisá-lo, percebe-se o esforço que a escola faz para promover, de forma democrática, a participação da comunidade escolar. Participação esta, em que os indivíduos, de forma consciente, garantem o acesso significativo aos conhecimentos, as relações sociais e as experiências culturais diversas. Além disso, o documento visa uma participação que contribua no desenvolvimento do educando, como sujeito sócio-cultural e no incentivo ao exercício da cidadania de toda a demais comunidade.

Esta nova forma de gerir a escola requer uma gestão voltada para o diálogo e o respeito, que hoje é uma realidade conquistada, pois se observa que as relações são pautadas nestes princípios. Além disso, todos os membros, principalmente a família, tem mais liberdade de intervir na realidade e no dia a dia do ambiente escolar. Atualmente, a participação da família na dinâmica escolar se tornou uma prioridade das escolas, pois é possível perceber que essa busca tem sido uma constante. Isto repercutiu em uma participação mais efetiva na tomada de decisões e na forma de como a escola se organiza. E o mais importante, a possibilidade de o Projeto Político-Pedagógico ser construído democraticamente por todos os membros da escola, com base na realidade dos seus alunos, atendendo a toda uma diversidade cultural, que forma a comunidade escolar.

Deste modo, a gestão escolar deve ser concebida como um processo responsável que promove e envolve a ação das pessoas que compõem a comunidade escolar, sendo necessário olhar para a escola como um espaço democrático, onde o exercício da democracia deve ser exercido constantemente.

Estes aspectos elencados são princípios fundamentais da gestão democrática. Além do mais, contemplar os diferentes sujeitos que envolvem o processo educativo, respeitando sua individualidade e subjetividade, onde todos participam na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, é um modo de estampar a comunidade escolar, pois o mesmo deve ser o reflexo de todos os segmentos, bem como, precisa ser vivenciado diariamente. Esta constatação leva a crer que a escola, cada vez mais, deve se preocupar em ser um local onde o diálogo e a participação sejam constantes e subjetivos, respeitando e tendo um olhar sensibilizador para a história de vida de cada sujeito envolvido no processo educativo.

Porém, por meio da pesquisa realizada, constatou-se que nem tudo o que a escola propõe no discurso do Projeto Político-Pedagógico é realizado na prática diária, como por exemplo, uma real participação de todos os membros da comunidade escolar ou o interesse e envolvimento nas ações desenvolvidas pela escola, uma vez que esta depende do grau de comprometimento de cada um. Ainda verificaram-se outras questões, especialmente aquelas que tratam da prática pedagógica do professor, as quais nem sempre ocorrem na prática, além da pouca importância que a comunidade, e, principalmente, o professor atribuem ao Projeto Político-Pedagógico, uma vez que, ele orienta não só a prática pedagógica, mas

também a prática escolar. Ademais, pode-se afirmar que desde a implantação do Regimento Escolar na escola, o discurso dos especialistas e profissionais da educação, bem como, o conteúdo das leis mudou. O que se busca são ações e relações mais humanas, que tenham em sua essência a democracia, proporcionando a todos os membros da comunidade escolar vez e voz, cabendo a cada um fazê-los valer.

Encerra-se, destacando o Projeto Político-Pedagógico como instrumento que consolida a democracia no interior das escolas, e é para este fato que se pretende chamar a atenção: que o Projeto Político-Pedagógico seja vivenciado a cada dia na escola, e não fique engavetado servindo apenas para o cumprimento da legislação.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. O. S. de. **Gestão Democrática? Os desafios de uma gestão participativa na educação pública em uma sociedade clientelista e oligárquica;** Maceio; Edufal; 2007; 172 p.

AZEVEDO, J. M. L. de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar.** Disponível em: <http://www.redecaes.com.br/bibliografia_janete/O%20projeto%20politico-pedagogico%20no%20contexto%20da%20gestao%20escolar.pdf> Acesso em: 25 jul. 2012.

BORGUETTI, R. C. T. **A municipalização das Escolas de Ensino Fundamental de Marília (EMEFs).** 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2000.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em 20 jul.2012.

CUNHA, L. A.; GÓES, M. **O golpe na educação.** 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zaher, 2002. 96 p.

DALBEN, A. I. L. de F. **Conselhos de Classe e avaliação:** Perspectivas na gestão pedagógica da escola. Campinas, SP: Papyrus, 2004 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 185 p.

DELGADO, E. I. **Políticas educacionais em crise e a prática docente.** Canoas: Ed Ulbra, 2005. 176 p.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1988. 176 p.

DRABACH, N. P. **Perfil do Gestor Público.** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. 2011. 106 p.

FERREIRA, L. S. "**Gestão da escola: o projeto pedagógico, o trabalho e a profissionalidade dos professores**". In: **Educação em Revista**, UNESP, Marília-SP, v.8, n.1, 2007, p. 35-48.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra. 1996. 148 p.

GUZZONI, M. A. **A autoridade na relação educativa**. São Paulo: Annablume; 1995; (Selo universidade Educação – 26). 110 p.

HORA, D. L. da **Educação e gestão educacional na sociedade brasileira contemporânea: algumas reflexões**. **Linhas**, v. 4, n. 2, p. 1-23, 2003.

HORA, D. L. da. **Gestão Democrática na escola: Artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas, SP: Papirus, 1994 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 137 p.

LDB – **Lei de Diretrizes e Bases nº 9394/96**, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf>>. Acessado em 22 de jul de 2012.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**. São Paulo SP, Ed. Loyola, 1992. 149 p.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 4 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. 259 p.

MARQUES, L. R. **A descentralização da gestão escolar e a formação de uma cultura democrática nas escolas públicas**. Recife: Ed. Universitária da UFPE. 2007. 276 p.

MARQUES, L. R. **Democracia radical e democracia participativa: contribuições teóricas à análise da democracia na educação**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 102, p. 55-78, jan./abr. 2008. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

MEDEL, C. R. M. de A. **Projeto Político Pedagógico: construção e implementação na escola**. Campinas SP: autores associados, 2008. (Coleção educação contemporânea) 111 p.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2010. 117 p.

PNE – **Plano Nacional da Educação nº 10.172** de 09 de janeiro de 2001.
Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis_2001/l10172.htm>. Acessado em 15 ago.2012.

Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis. Faxinal do Soturno-RS: EEEEBDAR, 2012. 40 p.

Regimento Escolar da Escola Estadual de Educação Básica Dom Antonio Reis. Faxinal do Soturno-RS: EEEEBDAR, 1988. 41 p.

SANDESKI, V. E. **Humanismo**: uma concepção ética da educação na contemporaneidade. 2006. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2006.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação**: trajetória, limites e perspectivas. 9ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção educação contemporânea)

TAGLIETTI, J. B. P. **Construção do paradigma do desenvolvimento social sob a perspectiva da educação cooperativa**: uma abordagem dos gestores educacionais. 2009. 50 f. Monografia (Especialização em Gestão Educacional) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

TEIXEIRA, A. **Educação para a Democracia**: introdução à administração escolar. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997. 255 p.

TOMAZI, N. D. **Sociologia para o ensino médio**. Volume único. 2ª edição, São Paulo, 2010. 256 p.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola**: uma construção possível. 24 ed. Campinas, SP: Papirus. 1995 (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). 179 p.

VEIGA, I. P. A. Cad. Cedes, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dezembro 2003
Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.

VEIGA, I. P. A. Quem sabe faz a hora de construir o projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2007. 153 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Centro de Educação. **Gestão Escolar e Organização Curricular**. Santa Maria, 2011. 19 p. Disponível em: <cead.ufsm.br/moodle/file.php/3461/Unidade_A/PDF_Gestão_Escolar_A.pdf> Acesso em 08 ago. 2012.

XAVIER, L. N. Manifestos, cartas, educação e democracia. In: MAGALDI, A. M.; GONDRA, J. G. (Org.). **A reorganização do campo educacional no Brasil: manifestações, manifestos e manifestantes**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p. 9-29.

YUS, R. **Educação Integral**: uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: artmed, 2002. 269 p.

ANEXOS

Anexo I - Carta de apresentação para a realização da análise documental da escola.

Caro Gestor:

Venho através desta, solicitar a Vossa Senhoria, a autorização da análise documental que trata do Regimento Escolar (1988) e do Projeto Político Pedagógico (2012), referente a pesquisa: “ O Projeto Político Pedagógico como referencial para a gestão democrática”.

Os dados coletados servirão como base de estudo para o trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação a distância - Especialização *lato-sensu* em Gestão Educacional pela UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, sob orientação do professor João Luis Pereira Ourique.

Sua colaboração é de extrema importância para os resultados finais desta pesquisa.

Desde já, agradeço sua colaboração.

Atenciosamente.

Ivete Streck

Faxinal do Soturno, maio/2012.